8

Transformação Digital e Práticas Inovadoras na Educação e Saúde Pública : para um Futuro sustentável

https://doi.org/10.71248/9786598599485-8

A INTERSEÇÃO ENTRE EDUCAÇÃO POPULAR E SAÚDE MENTAL: CAMINHOS PARA O FORTALECIMENTO COMUNITÁRIO NO SUS

A Interseção Entre Educação Popular E Saúde Mental: Caminhos Para O Fortalecimento Comunitário No SUS

Georgenan Monteiro Silva dos Santos
Mestrando Gestão de Cuidados da Saúde, Must University

Carlos Daniel Soares de Sousa
Graduando em Medicina, UNIFIP

Eduardo Vettorazzi-Stuczynski
Graduando em Medicina, Universidade de Caxias do Sul (UCS)

Izabel Cristina Ataide da Silva de Moura
Mestre em Fisioterapia, Universidade do Estado do Pará - UEPA

Tiago Zani
Farmacêutico pela Escola Superior São Francisco de Assis (ESFA). Esp. Em Gestão de Inovação pela IFES. Esp. em Saúde Coletiva pela UVV-ES. Esp. Farmácia Clínica e Atenção Farmacêutica pela UNESA -RJ

Marcelo Augusto Toscano Lyra
Bacharel em Psicologia pela Centro Universitário do Rio Grande do Norte

Luana Márcia Batista Alves
Mestranda em Gestão de Cuidados da Saúde, MUST University

Antonio Pedro Abido Ribeiro
Médico, Mestre em Gestao de Saúde, MUST University

Paulla Rosane Moura do Vale
Mestre em Gestão de Cuidados a Saúde, MUST University

Thiego de Araújo coelho
Médico Especialista em Medicina de Família e Gestão em Saúde

Pedro Paulo Martins de Lira
Psicólogo, Mestrando em Psicologia, Universidade Católica de Brasília – UCB
https://orcid.org/0009-0004-8369-0066

Editora Cognitus

8

Transformação Digital e Práticas Inovadoras na Educação e Saúde Pública :

para um Futuro sustentável

Maria Ritta Alves de Araújo
Psicóloga Especialista Em Saúde Da Família, Centro Universitário De Patos – UNIFIP

Ivana Medeiros Arouca
Unime União metropolitana de educação e cultura

Genivan Braz Pataxó
Mestrando, Universidade Federal Do Sul Da Bahia E Universidade Federal Do Recôncavo Da Bahia

RESUMO

INTRODUÇÃO: A educação popular em saúde representa uma abordagem crítica e participativa que valoriza os saberes locais e promove o protagonismo comunitário, sendo um componente essencial para a transformação das práticas em saúde mental no Sistema Único de Saúde (SUS). **OBJETIVO:** Analisar como a articulação entre educação popular e saúde mental pode contribuir para o fortalecimento comunitário no SUS.**METODOLOGIA:** Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, guiada pelo modelo metodológico de Whittemore e Knafl (2005) e pelas diretrizes do PRISMA. A estratégia PICO foi utilizada para formular a pergunta de pesquisa. A coleta de dados ocorreu entre junho e julho de 2025 nas bases LILACS, IBECS, Index Psicologia, MEDLINE e BDENF, com uso de descritores DeCS e MeSH. A seleção foi realizada na plataforma Rayyan, e os estudos foram avaliados quanto ao nível de evidência segundo a JBI®.**RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Foram analisados cinco estudos publicados entre 2022 e 2024, que destacaram a relevância das práticas educativas e comunitárias no cuidado em saúde mental. As evidências demonstraram que a educação popular fortalece vínculos, amplia a participação social, valoriza a escuta e contribui para a promoção do autocuidado e da autonomia. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** A interseção entre educação popular e saúde mental fortalece práticas humanizadas, participativas e territoriais, promovendo uma atenção psicossocial mais democrática, inclusiva e comprometida com os direitos sociais.

PALAVRAS-CHAVES: Educação em Saúde; Participação Comunitária; Promoção da Saúde; Saúde Mental; SUS.

Editora Cognitus

ABSTRACT

INTRODUCTION: Popular health education represents a critical and participatory approach that values local knowledge and promotes community leadership, being an essential component for the transformation of mental health practices in the Unified Health System (SUS). **OBJECTIVE:** To analyze how the articulation between popular education and mental health can contribute to community strengthening in the SUS.**METHODOLOGY:** This is an integrative literature review, guided by the methodological model of Whittemore and Knafl (2005) and the PRISMA guidelines. The PICO strategy was used to formulate the research question. Data collection took place between June and July 2025 in the LILACS, IBECS, Index Psicologia, MEDLINE, and BDENF databases, using DeCS and MeSH descriptors. The selection was performed on the Rayyan platform, and the studies were evaluated for their level of evidence according to JBI®. **RESULTS AND DISCUSSION:** Five studies published between 2022 and 2024 were analyzed, highlighting the relevance of educational and community practices in mental health care. The evidence demonstrated that popular education strengthens bonds, increases social participation, values listening, and contributes to the promotion of self-care and autonomy **FINAL CONSIDERATIONS:** The intersection between popular education and mental health strengthens humanized, participatory, and territorial practices, promoting more democratic, inclusive psychosocial care that is committed to social rights.

KEYWORDS: Health Education; Community Participation; Health Promotion; Mental Health; SUS.

8

Transformação Digital e Práticas Inovadoras na Educação e Saúde Pública :

para um Futuro sustentável

INTRODUÇÃO

A educação popular em saúde surge no Brasil como uma proposta pedagógica e política profundamente enraizada nos movimentos sociais e nas lutas populares que marcaram a reforma sanitária brasileira. Historicamente, foi articulada como uma forma de resistência à lógica biomédica tradicional, que muitas vezes restringia as ações de saúde às intervenções paternalistas e institucionalizadas, afastando os sujeitos dos processos decisórios e do protagonismo em suas próprias condições de vida. Essa perspectiva educacional baseia-se no reconhecimento dos saberes populares, valorizando o diálogo e a construção coletiva do conhecimento, rompendo com modelos verticalizados e prescritivos (Cruz et al., 2024).

O movimento de reforma sanitária brasileira, que culminou com a criação do Sistema Único de Saúde (SUS), teve na mobilização popular e comunitária uma base fundamental para a reivindicação da saúde como direito social universal. O fortalecimento das redes de solidariedade e a criação de espaços de educação popular foram decisivos nesse processo, promovendo não apenas a restrição do sistema de saúde, mas também a democratização da gestão e do controle social (Paiva; Teixeira, 2014).

A inserção da educação popular no âmbito das políticas públicas de saúde, especialmente a partir dos anos 2000, explicitou essa influência, dando origem à formalização da Política Nacional de Educação Popular em Saúde (PNEPS). Essa política legitima o papel da educação popular como ferramenta para a participação social, o fortalecimento do controle social e a valorização das práticas educativas que dialogam com as realidades comunitárias, espaços onde o SUS encontra seu potencial de transformação social (Dias; Amarante, 2022).

Além disso, a educação popular em saúde é compreendida como um processo de formação continuada que ultrapassa a sala de aula tradicional, posicionando o sujeito social como agente crítico de sua própria saúde e bem-estar. Essa orientação pedagógica foi crucial para desenvolver a importância da autonomia e da emancipação popular, dando voz às populações historicamente marginalizadas e oprimidas, alinhando-se a uma perspectiva de saúde integral e humanizada (Amaral; Pontes; Silva, 2014). Por fim, o reconhecimento de que a educação popular transcende práticas educativas pontuais e integra estratégias de democratização das relações sociais e do cuidado contribuiu para que essa abordagem fosse incorporada institucionalmente no SUS, promovendo, assim, a ampliação da participação comunitária e a consolidação da saúde como direito e dever do Estado (Dias; Amarante, 2022).

Diante desse contexto, o presente estudo tem como objetivo principal analisar como a articulação entre educação popular e saúde mental pode contribuir para o fortalecimento comunitário no SUS.

METODOLOGIA

Este estudo consiste em uma revisão integrativa, fundamentada no modelo metodológico, o qual compreende cinco etapas fundamentais: 1) definição do problema de pesquisa; 2) levantamento da literatura pertinente; 3) avaliação crítica das informações coletadas; 4) interpretação dos achados; e 5) elaboração da síntese final da revisão. Além disso, foram seguidas as diretrizes do *Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses* (PRISMA), com o objetivo de assegurar a qualidade metodológica e a transparência em todas as fases do processo de revisão (Whittemore; Knafl, 2005).

Primeiramente, estruturou-se o problema de pesquisa com a seguinte questão: Como as ações de educação popular em saúde mental promovem o fortalecimento comunitário nas práticas do SUS?

Quadro 1. Estratégia PICO – A Interseção entre Educação Popular e Saúde Mental: Caminhos para o Fortalecimento Comunitário no SUS

Elemento	Descrição
P (População)	Comunidades atendidas pelo Sistema Único de Saúde (SUS)
I (Intervenção)	Estratégias de educação popular aplicadas à saúde mental
C (Comparação)	Ausência de estratégias participativas ou uso de práticas convencionais
O (Desfechos)	Fortalecimento comunitário, autonomia dos sujeitos e promoção da saúde mental

Fonte: autores, 2025

A coleta de dados, que se refere à 2ª Etapa do método, foi realizada por dois revisores independentes, ocorreu no período de 01 de junho a 20 de julho de 2025, aplicando-se a estratégia de busca individualizada para cada base ou portal, estruturada com auxílio da bibliotecária e composta pelos descritores do Descritores em Saúde (DeCS) e Medical Subject Headings (MeSH), que são: ("educação popular" OR "educação em saúde") AND ("saúde mental") AND ("fortalecimento comunitário" OR "empoderamento comunitário" OR "participação comunitária") AND ("SUS" OR "sistema único de saúde").

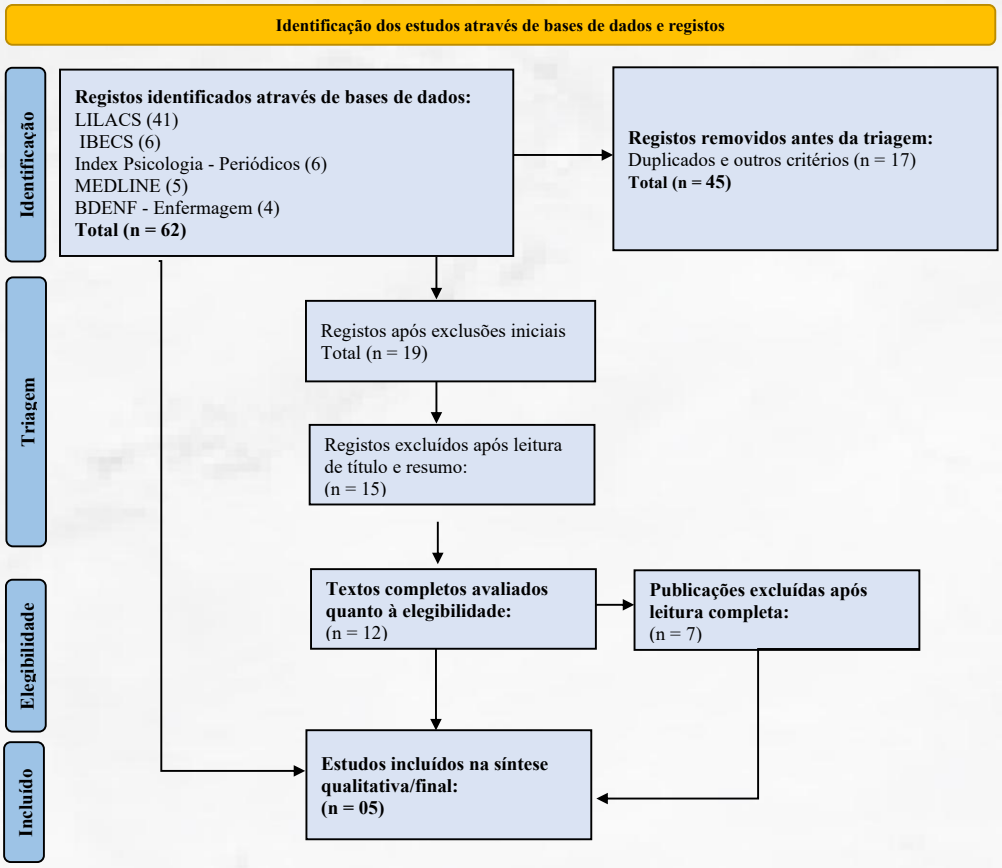
Foram utilizadas as seguintes bases de dados: Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), Índice Bibliográfico Espanhol de Ciências da Saúde (IBECS), Index Psicologia - Periódicos, Medical Literature Analysis and Retrieval System Online (MEDLINE) e Base de Dados de Enfermagem (BDENF).

A seleção dos artigos foi realizada com o auxílio da plataforma Rayyan, utilizada para a organização das referências bibliográficas. Empregou-se a ferramenta de avaliação em duplo cego para a leitura dos títulos e resumos. Em casos de divergência entre os avaliadores, a decisão final foi tomada com a participação de um terceiro revisor.

Na terceira etapa do método, foi realizada a avaliação do nível de evidência dos estudos primários incluídos, com base em documento oficial da JBI®. Após essa classificação, foram aplicadas três ferramentas distintas da JBI®, denominadas *Critical Appraisal Tools*, correspondentes aos delineamentos metodológicos dos estudos selecionados para esta revisão.

Conforme a quarta etapa do método, as informações extraídas de cada estudo selecionado foram sistematizadas no software Microsoft Excel®, utilizando as variáveis: Periódico, Ano, Autores, TítuloNE, Score JBI® e Resultados principais. A partir da organização desses dados, foi realizada a síntese dos achados para análise e, posteriormente, sua apresentação.

Fluxograma 1 - Identificação dos estudos através de bases de dados e registos



Fonte: Elaboração própria, 2025

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O quadro reúne cinco estudos publicados entre 2022 e 2024 que abordam diferentes estratégias e contextos de promoção da saúde mental, com ênfase na educação popular, apoio comunitário e intervenções remotas. As evidências variam de ensaios teóricos a estudos qualitativos e longitudinais, demonstrando a relevância de abordagens integrativas e participativas. Os resultados destacam a importância das redes de apoio, da identidade profissional e da acessibilidade ao cuidado psicológico. Juntos, os trabalhos reforçam o papel da escuta, do pertencimento e da autonomia como pilares para a promoção da saúde mental em contextos diversos.

Quadro 2 – Caracterização dos estudos incluídos segundo periódico, ano, autores, título, nível de evidência JBI® e principais resultados

Periódico	Ano	Autores	TítuloNE	Score JBI®	Resultados principais
Saúde em Debate	2022	Dias, J. V. S.; Amarante, P. D. C.	Educação popular e saúde mental: aproximando saberes e ampliando o cuidado	Nível de evidência 5 – Ensaio teórico	Aponta aproximações entre saúde mental e educação popular no SUS; destaca influências epistemológicas e práticas nos CAPS e Consultórios na Rua; defende articulação de saberes para resistência democrática.
Revista Psicologia, Diversidade e Saúde	2023	Mazuze, B. S. D. *et al*.	Vozes silenciadas: vivências de pessoas que convivem com HIV na província de Gaza, Moçambique	Nível de evidência 4 – Estudo qualitativo	Relata barreiras culturais e sociais à adesão ao tratamento; propõe Educação Popular e Terapia Comunitária Integrativa como estratégias promissoras para promoção da saúde mental e comunitária.
Revista Brasileira de Medicina de Família e Comunidade	2024	Tavares, M. *et al*.	Grupo de mulheres: o desenvolvimento de habilidades de facilitação e a geração de uma dinâmica promotora	Nível de evidência 4 – Estudo qualitativo observacional	Mostra que grupos na APS fortalecem redes de apoio e autonomia; participantes se tornam protagonistas do cuidado; promove autocuidado e educação em saúde coletiva.
Psicologia: Ciência e Profissão	2023	Gil, M.; Oliveira-Cardoso, É. A.; Santos, M. A.	Grupo Multifamiliar em Transtornos Alimentares Durante a Primeira Onda da Pandemia de Covid-19	Nível de evidência 4 – Estudo clínico-qualitativo	Aponta continuidade do cuidado em grupos remotos; destaca acessibilidade, mas também limitações com internet e manuseio de tecnologias.
Anales de Psicología	2023	Dong, C. *et al*.	La relación entre el malestar psicológico y la identidad profesional en estudiantes de enfermería	Nível de evidência 2 – Estudo longitudinal prospectivo	Identidade profissional teve efeito protetor sobre sofrimento psicológico; recomenda programas de fortalecimento identitário para melhorar saúde mental em crises.

Fonte: Elaboração própria com base nos artigos incluídos na revisão, conforme critérios da JBI® (Joanna Briggs Institute).

Quadro 3 – Contribuições das ações de educação popular em saúde mental para o fortalecimento comunitário

Autores	Contribuições das ações de educação popular em saúde mental para o fortalecimento comunitário
Tavares *et al.* (2024)	Valorização dos saberes locais, protagonismo dos participantes, construção coletiva do conhecimento, fortalecimento de vínculos, ampliação da rede de apoio e promoção da autonomia.
Mazuze *et al.* (2023)	Criação de espaços de escuta e acolhimento, fortalecimento de vínculos sociais, inclusão de lideranças, promoção do autocuidado e da coesão comunitária.
Dong *et al.* (2023)	Promoção de escuta e construção coletiva, desenvolvimento de identidade, enfrentamento de crises (ex: COVID-19), estímulo ao apoio mútuo, ampliação da autonomia e redes de solidariedade.
Gil; Oliveira-Cardoso; Santos (2023)	Valorização das vivências dos usuários, adaptação remota de grupos de apoio, estímulo à participação familiar, inclusão digital, reconhecimento dos saberes populares e fortalecimento do pertencimento comunitário.
Dias; Amarante (2022)	Aproximação do cuidado com realidades locais, superação de modelos hierárquicos, fortalecimento de vínculos e cidadania, democratização dos serviços e resistência às desigualdades por meio de espaços como CAPS e Consultórios na Rua.

Fonte: Elaboração própria com base em Tavares *et al*. (2024); Mazuze *et al*. (2023); Dong *et al*. (2023); Gil, Oliveira-Cardoso e Santos (2023); Dias e Amarante (2022).

Panorama da Saúde Mental no SUS e Atenção Psicossocial

O campo da saúde mental no SUS passou por importantes transformações com a consolidação da Política Nacional de Saúde Mental e a implementação da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS). A RAPS representa um modelo que busca a regionalização da assistência, garantindo o acesso da população a cuidados integrados, contínuos e baseados em princípios biopsicossociais, rompendo com práticas tradicionais focadas no hospital e sem isolamento dos pacientes. Instituída inicialmente pela Portaria nº 3.088/2011, a RAPS enfatiza a importância da atenção básica como principal porta de entrada e articuladora das ações no sistema de saúde mental(Melo et al., 2018).

A reorganização da atenção básica, promovida pela Política Nacional de Atenção Básica (PNAB) em 2012, reforçou seu papel não apenas como primeira instância, mas também como centralizadora do cuidado e organizadora das redes locais de saúde. Isso potencializou a articulação entre os serviços psicossociais especializados e os serviços gerais, proporcionando uma assistência mais integrada e territorializada. Tal articulação destaca a importância do território e da comunidade para a efetividade das ações em saúde mental, aproximando o cuidado da vida cotidiana dos usuários(Melo et al., 2018) .

Apesar dos avanços, o enfrentamento de desafios permanece fundamental para a consolidação do cuidado em saúde mental no SUS. Entre esses desafios estão o fortalecimento da participação social, a promoção da integralidade do cuidado, a superação de práticas biomédicas restritivas e a ampliação do acesso às redes psicossociais. Nessa perspectiva, a RAPS promoveu uma nova dimensão para as ações em saúde mental, ampliando o acesso à atenção psicossocial para pessoas em sofrimento ou com transtornos, inclusive aqueles relacionados ao uso problemático de substância (Dias; Amarante, 2022) . Esse cenário demonstra a

relevância de se consolidar práticas que consideram a saúde mental para além do tratamento clínico, liberando o papel das redes comunitárias e das estratégias educativas, como a educação popular, para a promoção do cuidado amplo e participativo (Dias; Amarante, 2022) .

Complementarmente, esse processo institucional sinaliza uma aproximação entre saúde mental e educação popular na construção de práticas assistenciais orientadas pela escuta ativa e pela valorização do conhecimento comunitário, resultando em práticas mais humanas e inclusivas no SUS (Dias; Amarante, 2022) .

Justificativa e Objetivos da Interseção entre Educação Popular e Saúde Mental

A necessidade de estabelecer um diálogo eficaz entre os campos da educação popular e da saúde mental decorre de lacunas identificadas na pesquisa e na prática dos serviços de saúde, especialmente no que tange à atenção psicossocial no SUS. Apesar dos avanços na política pública, ainda há uma escassez de estudos e produções acadêmicas que aprofundem essa interlocução, especialmente considerando o papel da educação popular como vetor de ampliação do cuidado integral e da participação social.

Em muitos contextos, a educação popular está presente nas práticas cotidianas dos serviços de saúde e entre os profissionais, ainda que não seja explicitamente nomeada ou reconhecida como tal. Essa presença difunde evidência sua relevância para a construção de formas de cuidado que valorizem a autonomia, o protagonismo comunitário e a solidariedade, elementos essenciais para a atenção psicossocial (Dias; Amarante, 2022) . A aproximação entre esses dois campos tem o potencial de transcender formatos tradicionais e verticalizados de assistência, favorecendo a construção de espaços de cuidado ampliados, que respeitem a diversidade das formas de ser e estar no mundo.

Os objetivos dessa interseção se materializam no fortalecimento comunitário e na possibilidade de promover ações que articulam saberes e práticas múltiplas, movendo um cuidado que incorpora as dimensões subjetivas, sociais e políticas de saúde mental. Além disso, há o desafio de implementar estratégias que incentivem a participação popular, o controle social e o compromisso com um projeto democrático e popular de saúde, alinhado aos princípios do SUS (Dias; Amarante, 2022) .

Esse processo contribui para a conformação de uma perspectiva ampliada de cuidado, que rompe com paradigmas restritivos e oferece caminhos para consolidar uma atenção psicossocial plural e inclusiva, essencial para enfrentar as complexas demandas contemporâneas em saúde mental no Brasil (Dias; Amarante, 2022) .

Fundamentos Teóricos da Educação Popular e Saúde Mental

Princípios Epistemológicos da Educação Popular em Saúde

A educação popular em saúde assume fundamentos epistemológicos que questionam paradigmas tradicionais da ciência moderna, especialmente os mitos da neutralidade, da autonomia e do distanciamento crítico. Essa perspectiva propõe uma reconcepção da construção do conhecimento pautada numa relação dialógica, em que o saber não é algo separado da realidade e do sujeito, mas um processo compartilhado, histórico e político.

Essa crítica epistemológica tem raízes no pensamento de autores como Paulo Freire, que enfatizou a importância do diálogo, da problematização e da práxis na formação dos sujeitos. Victor Valla, por sua vez, contribui para a compreensão das influências e modos de atuação da educação popular na prática da saúde, ressaltando sua função emancipatória e educativa, que parte da valorização dos saberes populares e comunitários para a transformação social.

Esses princípios exigem um deslocamento da ideia de conhecimento como algo hegemônico e imposto para algo construído coletivamente, em uma relação de horizontalidade entre educadores e educandos, profissionais e comunidade, ciência e experiência vívida. A educação popular em saúde, portanto, se configura como uma prática que visa a superação das desigualdades sociais e epistemológicas por meio do compromisso político e afetivo com os processos educativos (Dias; Amarante, 2022) .

Além disso, esta abordagem privilegia valores como a amorosidade, o compromisso ético, a solidariedade e o respeito à diversidade, fundamentais para a construção de um projeto democrático e participativo em saúde. Essas bases epistemológicas inspiram práticas educativas que dinamizam o conhecimento como instrumento de transformação tanto individual quanto coletivo, constituindo um campo fértil para o diálogo com as políticas públicas e práticas em saúde mental (Dias; Amarante, 2022) . Essa fundamentação epistemológica orienta uma prática educativa que vai além do ensino tradicional e contribui para o empoderamento dos sujeitos sociais, promovendo uma saúde integral.

Paradigmas do Cuidado Psicossocial e Educação Popular

Na interface entre educação popular e saúde mental surge a construção de paradigmas centrados na atenção psicossocial que destacam a importância do território como dimensão estruturante do cuidado. Essa atenção valorizada pela RAPS assume o território e a vida comunitária como elementos centrais para o desenvolvimento de práticas de cuidado que ultrapassam a clínica individualizada, incorporando as redes sociais, os saberes locais e as dinâmicas culturais da comunidade.

A educação popular configura-se nesse contexto como uma ferramenta fundamental para a descolonização dos saberes e práticas na saúde, enfrentando o que se entende como modelo biomédico

tradicional, marcado por sua abordagem reducionista e autoritária. Tal crítica ao modelo biomédico ressalta a limitação de concentração-se unicamente nos aspectos patologizados das doenças mentais, muitas vezes desconsiderando as dimensões sociais, culturais e políticas que influenciam a saúde mental dos sujeitos.

Dessa forma, a educação popular atua para promover uma ampliação do olhar sobre o cuidado, integrando as práticas assistenciais com processos educativos que valorizam a participação, a autonomia e a construção coletiva do conhecimento em saúde. Essa perspectiva busca romper com a lógica assistencialista e verticalizada, aproximando-se da experiência vívida das pessoas, principalmente na atenção psicossocial oferecida pelos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) e Consultórios na Rua, onde hábitos comunitários e saberes populares têm papel decisivo (Dias; Amarante, 2022) .

Assim, a articulação entre paradigmas de saúde mental e de educação popular possibilita a construção de práticas mais integradas e humanizadas, voltadas para a promoção do bem-estar coletivo e para a construção de redes de solidariedade e suporte social, elementos essenciais para a efetividade e humanização da atenção psicossocial no SUS (Dias; Amarante, 2022) .

Intersecção Epistemológica: Novas Relações com o Conhecimento

A interseção epistemológica entre educação popular e saúde mental aponta para o desenvolvimento de novas relações com o conhecimento, caracterizadas pela integração entre saberes populares e científicos. Esse processo implica na valorização de múltiplas perspectivas e formas de conhecimento, que tradicionalmente foram desvalorizadas pelo paradigma biomédico e pelo sistema de saúde hegemônico.

Essa abordagem multiperspectiva permite enriquecer as práticas de saúde mental, especialmente nas comunidades, onde o cuidado deve dialogar com o contexto sociocultural dos sujeitos e considerar as diferentes formas de entender e viver a saúde. Tal integração favorece a superação da relação verticalista e autoritária, marcada pela imposição unilateral do saber médico ou científico.

Em vez disso, promove-se a construção de uma prática compartilhada, na qual os atores envolvidos — desde profissionais até os usuários e suas redes sociais — participam da concepção e do desenvolvimento das intervenções em saúde mental. Essa perspectiva implica uma mudança significativa nos processos de cuidado, valorizando a escuta, o diálogo e a construção coletiva do sentido do cuidar.

Esse modelo epistemológico fundamentado no diálogo e na horizontalidade contribui para a criação de ambientes de cuidado mais acolhedores e inclusivos, capazes de responder aos desafios contemporâneos da saúde mental e de contribuir para o fortalecimento das redes comunitárias e sociais (Dias; Amarante, 2022) . A transmissão dessas práticas representa um avanço importante no sentido de promover a integralidade, a diversidade e a democracia no cuidado em saúde mental.

Políticas Públicas e Marco Institucional no SUS

Políticas que Institucionalizam a Educação Popular em Saúde

A institucionalização da educação popular em saúde no âmbito do SUS está formalmente representada pela Portaria nº 2.761/2013, que institui a Política Nacional de Educação Popular em Saúde (PNEPS). Essa política tem como objetivo central contribuir para a participação popular, gestão participativa, controle social, cuidado, formação e práticas educativas em saúde, orientando-se por princípios fundamentais como o diálogo, a amorosidade, a problematização, a emancipação e o compromisso com a construção democrática e popular (Dias; Amarante, 2022) .

Entre 2011 e 2013 foram feitas atualizações importantes nas políticas públicas que marcaram a convergência entre as áreas de saúde mental e educação popular, confirmando e fortalecendo a importância dessas práticas para o SUS. Essas políticas promovem dispositivos institucionais que apoiam a educação popular em sua dimensão epistemológica, política e prática, legitimando seu papel na construção de estratégias participativas e coletivas em saúde (Dias; Amarante, 2022) .

A PNEPS não apenas sinaliza uma direção normativa, mas também representa a concretização institucional da luta popular por um processo educativo que seja emancipatório, crítico e participado. Essa política reforça o compromisso do SUS com a democratização do acesso às informações, a formação de sujeitos políticos conscientes de seus direitos e a organização social das comunidades para a promoção da saúde (Amaral; Pontes; Silva, 2014) .

Portanto, o marco institucional dado pela PNEPS configura-se como uma base normativa necessária para orientar as práticas educativas no SUS, especialmente aquelas que articulam a educação popular com as demandas de saúde mental, ampliando o alcance e a profundidade do cuidado comunitário.

Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) e Atenção Básica

A Portaria nº 3.088/2011 oficializou a criação da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), marcando um importante avanço na articulação da saúde mental com a atenção básica no SUS. A RAPS tem como um dos seus pilares a regionalização da assistência, o que implica a criação de redes organizadas e integradas entre os vários níveis de atenção, possibilitando um cuidado continuado e acessível para pessoas com sofrimento mental (Dias; Amarante, 2022) .

Além disso, a PNAB de 2012 reforça o papel central da atenção básica como porta de entrada do SUS e articuladora dos cuidados no território, promovendo a integração dos serviços e a construção de vínculos contínuos com as comunidades locais. Essa articulação entre a RAPS e a atenção básica viabiliza a ampliação do acesso aos serviços psicossociais, fortalecendo o cuidado em saúde mental pela perspectiva da atenção integral e territorializada.

A integração dos serviços permite, ainda, a adoção de estratégias que consideram as particularidades do território, favorecendo o desenvolvimento de ações intersetoriais e a mobilização de recursos comunitários, essenciais para o enfrentamento dos determinantes sociais da saúde mental. Essa estruturação busca garantir equidade no acesso, qualidade nos atendimentos e promoção da saúde mental na perspectiva ampliada preconizada pelo SUS (Dias; Amarante, 2022) .

Portanto, a rede articulada entre RAPS e atenção básica tem papel fundamental para ampliar a oferta de serviços de saúde mental e consolidar o cuidado psicossocial, reforçando a importância da educação popular como estratégia educativa e política para qualificar essas ações (Dias; Amarante, 2022) .

Desafios Institucionais e Necessidade de Articulação Intersetorial

Apesar dos avanços, as consolidações da reforma psiquiátrica e a ampliação do cuidado em saúde mental no SUS ainda enfrentam retrocessos e dificuldades, muitas vezes caracterizadas como contrarreforma psiquiátrica. Esses retrocessos se manifestam na desconstrução de políticas públicas progressistas, ameaçando a integralidade e a territorialização do cuidado (Dias; Amarante, 2022) .

Neste cenário, a articulação intersetorial torna-se necessária. A promoção da saúde mental exige cooperação transversal entre saúde, educação, assistência social e outras políticas públicas para garantir a efetividade das ações e o alcance dos objetivos de inclusão e protagonismo social. A fragmentação e a descontinuidade dos serviços são obstáculos a serem superados para que a atenção psicossocial seja efetiva (Fazenda, 2009) .

Além disso, o fortalecimento das redes comunitárias, combinado a uma gestão participativa e comprometida, revela-se como estratégia vital para a construção de políticas públicas que respondam às demandas reais da população. A mobilização social e o controle social são elementos estratégicos para resistir às ameaças institucionais e ampliar a efetividade das políticas de saúde mental (Fazenda, 2009) .

Nesse sentido, o desafio central é consolidar processos de articulação intersetorial e interinstitucional que envolvam múltiplos atores sociais, superando fragmentações e promoções de ações integradas e de preservação no âmbito do SUS.

Práticas de Educação Popular em Saúde Mental no SUS

Formação de Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e Educação Popular

A formação dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) representa uma dimensão estratégica para a implementação de práticas de educação popular em saúde, sobretudo no contexto do SUS. Os ACS são profissionais que atuam em contato direto com as comunidades, sendo fundamentais para a mediação e operação das ações educativas que ultrapassam os modelos tradicionalmente impositivos e prescritivos, muitas vezes distanciados da realidade dos sujeitos.

Esses profissionais serão capacitados para desenvolver ações educativas que dialogem diretamente com a experiência de vida das populações, problematizando situações sociais e ideológicas que perpetuam desigualdades e vulnerabilidades. A superação da concepção positivista de educação em saúde exige que o ACS pratique uma educação problematizadora e crítica, pautada no respeito aos saberes populares e no estímulo à participação e ao empoderamento comunitário (Amaral; Pontes; Silva, 2014) .

A articulação entre estudantes de graduação em enfermagem e ACS constitui uma experiência exitosa de formação em educação popular em saúde para o SUS. Essa proposta favorece o desenvolvimento de competências críticas e reflexivas nos futuros profissionais, permitindo-lhes compreender melhor as dinâmicas sociais e culturais das comunidades, ao mesmo tempo que enriquece a prática dos ACSs com fundamentos teóricos e metodológicos que sustentam uma educação popular eficaz (Amaral; Pontes; Silva, 2014) .

Assim, a qualificação em educação popular contribui para configurar uma força de trabalho em saúde que é capaz de dialogar, mobilizar e fortalecer os vínculos comunitários, consolidando a prática da educação popular em saúde mental como um componente fundamental do cuidado no SUS (Amaral; Pontes; Silva, 2014) .

Estratégias Educativas para a Promoção da Saúde Mental na Comunidade

Estratégias educativas orientadas pela educação popular são fundamentais para a promoção da saúde mental na comunidade, uma vez que estimulam a problematização coletiva das condições de vida, leem criticamente as realidades locais e tornam possível o empoderamento dos sujeitos. Essas estratégias incluem o uso do diálogo, do acolhimento e da problematização para desencadear processos de conscientização e transformação social.

Práticas como os grupos operativos e as terapias comunitárias se configuram como espaços adequados para implementar os princípios da educação popular na promoção da saúde mental. Estes grupos ultrapassaram o caráter meramente assistencial e terapêutico, propiciando trocas de experiências, fortalecimento da rede social e promoção do autocuidado e da solidariedade entre os participantes (Tavares et al., 2024) .

Além disso, esses espaços educativos possibilitam o engajamento ativo dos sujeitos, promovendo a construção coletiva de estratégias de cuidado e o estímulo à participação social, que são fundamentais para a sustentabilidade das ações em saúde. A educação popular atua nesse campo como um instrumento potente para a formação crítica e o desenvolvimento de habilidades para enfrentar e transformar as condições de aprendizado psíquico (Zorzi et al., 2024) .

Em consequência, essas práticas educativas são importantes para reduzir estigmas, ampliar o acesso a informações e fortalecer o protagonismo comunitário, aspectos que são essenciais para a efetividade da promoção da saúde mental no SUS (Laperrière, 2007) .

Experiências de Ensino e Extensão Universitária em Educação Popular

As experiências de ensino e extensão universitária que incorporam a educação popular revelam um campo fértil para a construção de um pensamento crítico-reflexivo entre os estudantes, particularmente específicos às áreas da saúde. Projetos de extensão que adotam a educação popular como base metodológica propiciam a aproximação da universidade com o SUS e com as comunidades atendidas, criando espaços de aprendizagem dialógica e comprometidos com as demandas sociais (Amaral; Pontes; Silva, 2014) .

Esse modelo pedagógico permite a construção de conhecimentos que não apenas instrumentalizam as questões técnicas dos futuros profissionais, mas também fortalecem a sensibilidade social e o compromisso político necessário para atuar de forma eficaz no SUS. Dessa forma, contribui para formar profissionais mais preparados para dialogar com a diversidade sociocultural e para atuar em práticas educativas que valorizem o protagonismo popular.

Entretanto, esses processos de articulação entre universidade, serviço e comunidade enfrentam desafios, sobretudo pela falta de articulação e apoio institucional, que podem fragilizar a continuidade e o aprofundamento dessas práticas. A superação dessas dificuldades depende de parcerias consolidadas, investimento em políticas de formação permanente e reconhecimento da importância da educação popular na formação em saúde (Amaral; Pontes; Silva, 2014) .

Essas experiências, portanto, reforçam a necessidade de ampliar políticas e ações que consolidem a educação popular como componente fundamental da formação tanto dos trabalhadores do SUS quanto dos estudantes, tornando possível a materialização de um SUS democrático, participativo e comprometido com a equidade (Amaral; Pontes; Silva, 2014) .

Impactos do Trabalho Comunitário na Saúde Mental

Grupos de Saúde como Espaços de Promoção e Prevenção

Os grupos comunitários em saúde são importantes na atenção primária, que extrapolam a lógica da consulta individual como o único modelo de cuidado. Essas práticas propostas educação em saúde, integração social, troca de experiências e ampliação das redes de apoio — elementos decisivos para a promoção da saúde mental e a prevenção de agravos (Tavares et al., 2024) .

Ainda que muitos desses grupos não tenham um foco exclusivamente terapêutico, eles funcionam como espaços importantes para estimular o autocuidado, fortalecer vínculos comunitários e criar suportes sociais que favoreçam a resiliência diante das adversidades relacionadas à saúde mental. A participação nesses grupos contribui para a construção coletiva de estratégias de cuidado, reforçando o papel ativo da comunidade na gestão da sua própria saúde (Tavares et al., 2024) .

A organização e condução desses grupos exigem habilidades específicas, que possibilitem a escuta comprometida, a problematização e o estímulo à participação efetiva dos membros, ou que contribuam para a efetividade dessas práticas enquanto estratégias de promoção e prevenção na saúde mental (Zorzi et al., 2024) .

Fortalecimento dos Laços Comunitários e Empoderamento

A participação em grupos comunitários favorecendo o fortalecimento dos laços afetivos, do acolhimento e da integração, aspectos essenciais para a promoção da saúde mental na perspectiva da integralidade do cuidado. Atividades em grupo, como exercícios físicos, lazer e trocas de experiências, promovem o bem-estar coletivo e comentários para a construção de comunidades informadas, engajadas e fortalecidas para a prevenção de transtornos mentais (Zorzi et al., 2024) .

Essas estratégias evidenciam que a saúde mental não é apenas uma questão individual, mas social, reforçando a importância da comunidade como agente ativo no processo de cuidado e promoção da saúde. O fortalecimento dos vínculos comunitários nasce da construção de espaços que favorecem a solidariedade, o respeito e a participação, elementos que potencializam o empoderamento das pessoas (Zorzi et al., 2024) .

Além disso, a articulação entre grupos e serviços constitui uma rede de suporte essencial para garantir o cuidado contínuo e integrado, fomentando o protagonismo dos usuários e das comunidades como atores centrais na gestão da saúde mental no SUS (Tavares et al., 2024) .

Desafios e Limitações no Reconhecimento da Promoção Abrangente

Apesar do potencial dos grupos comunitários e de outras ações educativas, ainda persiste uma concepção restrita à promoção da saúde mental, muitas vezes limitada ao tratamento de pessoas com transtornos mentais lançados. Essa visão reducionista e biologicista obscurece a necessidade de refletir e atuar nas questões subjetivas e sociais que permeiam a saúde mental, restringindo a integralidade do cuidado (Zorzi et al., 2024) .

Muitos profissionais ainda percebem a promoção de saúde mental como um conjunto de ações externas exclusivamente ao público com transtornos mentais, supervisionando disciplinas mais amplas e preventivas

na comunidade. Essa limitação dificulta o reconhecimento da promoção da saúde mental como uma estratégia essencial para o fortalecimento da autonomia e do bem-estar da população em geral (Laperrière, 2007) .

Portanto, torna-se fundamental ampliar a concepção de promoção em saúde mental, integrando ações que considerem a diversidade das realidades sociais, os determinantes sociais da saúde e as estratégias educativas que favorecem a participação e o empoderamento comunitário (Zorzi et al., 2024) .

Dimensão Epistemológica e Política da Aproximação

Educação Popular como Ferramenta Emancipatória na Saúde Mental

A educação popular destaca-se como uma ferramenta de emancipação e resistência diante das ameaças crescentes à democracia, aos direitos humanos e à defesa da vida. Sua prática na saúde mental, pautada no diálogo, na amorosidade e no compromisso político, contribui para a construção de práticas democráticas no SUS, promovendo o protagonismo dos sujeitos e a valorização da diversidade (Dias; Amarante, 2022) .

Esse compromisso político e ético da educação popular em saúde mental possibilita a construção de ambientes de cuidado baseados na solidariedade, na inclusão e na escuta ativa, promovendo a resistência contra práticas excludentes e autoritárias. Assim, a abordagem entre saúde mental e educação popular se materializa em processos que transcendem a mera assistência, consolidando políticas públicas externas para a ampliação dos direitos (Dias; Amarante, 2022) .

Além disso, esse paradigma contribui significativamente para experiências sociais coletivas que promovem o fortalecimento comunitário e a construção de projetos populares que valorizam a vida e os saberes locais, transformando práticas tradicionais e impondo um novo padrão na relação entre cuidado e educação em saúde mental (Dias; Amarante, 2022) .

A Influência Difusa da Educação Popular em Serviços Comunitários

Embora a educação popular seja relevante, sua presença nos serviços de saúde comunitária ocorre frequentemente de forma implícita, pouco nomeada e reconhecida formalmente. Estudos identificam essa influência difusa especialmente nas unidades próximas à vida comunitária, como as unidades de atenção básica, a Estratégia Saúde da Família e serviços especializados em saúde mental, como os CAPS e Consultórios na Rua (Dias; Amarante, 2022) .

Essa proximidade entre serviços psicossociais e práticas populares evidencia a possibilidade de aproximação entre saberes técnicos e saberes locais, desafiando os modelos tradicionais de assistência e promovendo o diálogo entre ciência e experiência. A valorização dos saberes locais favorece a participação social e a construção de estratégias de cuidado territorializadas e colaborativas (Dias; Amarante, 2022) .

Assim, a educação popular, mesmo quando não explicitamente óbvia, é como um componente estrutural do cuidado em saúde mental comunitária, imprimindo práticas educativas que ampliam os processos de participação e autonomia (Dias; Amarante, 2022) .

Educação Popular e Saúde Mental na Construção de Novos Paradigmas

A interseção entre educação popular e saúde mental contribui para o desenvolvimento de práticas compartilhadas, horizontais e solidárias, que desafiam as formas tradicionais de autoridade científica e médica. Essa construção implica a superação da relação hierárquica e verticalista no cuidado, abrindo espaço para o reconhecimento e a valorização de diferentes formas de saber e agir em saúde.

Essa estratégia fomenta uma saúde integral, que dialoga com as necessidades e condições reais da população, promovendo a solidariedade, o respeito às diferenças e a construção coletiva do cuidado. A educação popular, nesse sentido, surge como um princípio orientador para um SUS mais inclusivo e democrático, que libera os sujeitos sociais como protagonistas de sua própria saúde (Dias; Amarante, 2022) .

Portanto, esse paradigma representa não apenas um reposicionamento epistemológico, mas também político e ético, fundamental para transformar as práticas de saúde mental no Brasil e consolidar avanços nas políticas públicas do SUS.

Abordagens Metodológicas e Participativas na Educação Popular em Saúde Mental

Metodologia Ver-Julgar-Agir e Aprendizagem Experiencial

A metodologia Ver-Julgar-Agir, oriunda da educação popular latino-americana, é um dos instrumentos fundamentais que orientam práticas educativas participativas em saúde mental. Essa abordagem promove um processo de análise crítica da realidade, seguido da tomada de decisões e da ação transformadora, favorecendo a participação ativa dos sujeitos e a aprendizagem experiencial (Laperrière, 2007) .

Relatos de experiências em contextos vulneráveis demonstram a eficácia dessa metodologia para reduzir desigualdades de poder e fortalecer comunidades marginalizadas, promovendo não apenas a transmissão de conhecimentos, mas a sua apropriação e transformação pela população. O uso desse método reforça o papel da educação popular na construção coletiva das estratégias de cuidado e na promoção da saúde mental de forma contextualizada e realista (Laperrière, 2007) .

Participação Ativa da Comunidade e Empoderamento

O protagonismo comunitário emerge de forma central nas práticas de educação popular, com a inclusão deliberada de grupos tradicionais silenciados e marginalizados. Essas práticas buscam não apenas reduzir as desigualdades no acesso aos serviços, mas também fortalecer a voz e o poder dos sujeitos que participam dos processos de cuidado (Laperrière, 2007) .

A redução das desigualdades de poder nas relações de cuidado e a construção coletiva de estratégias promovem o empoderamento comunitário, essencial para a sustentabilidade das ações em saúde mental. A participação ativa é elemento-chave para a legitimação das ações e para a produção de um conhecimento localizado, que contribui para o fortalecimento das redes sociais e para a promoção da cidadania (Laperrière, 2007) .

A educação popular, ao articular pesquisa participativa e compromisso social, amplia as possibilidades de tecnologia entre inteligência científica e inteligência prática, promovendo o enfrentamento das desigualdades estruturais que permeiam a saúde mental (Laperrière, 2007) .

Desafios na Implementação de Práticas Participativas

Apesar dos potenciais, a implementação das práticas participativas enfrenta barreiras institucionais significativas, que afetam a continuidade, o reconhecimento e a institucionalização dessas ações. A ausência de políticas permanentes de formação, aliadas às dificuldades de articulação entre instituições e serviços, fragilizam a consolidação dessas práticas (Amaral; Pontes; Silva, 2014) .

A negociação e articulação interinstitucional são essenciais para superar essas limitações, exigindo a construção de redes colaborativas, políticas de incentivo e valorização do trabalho intersetorial. A fragilidade existente nas relações entre os atores sociais e a institucionalização de práticas participativas compromete a efetividade das ações e requer maior investimento político e organizacional (Damari et al., 2021) .

Além disso, a documentação e avaliação das ações são elementos necessários para qualificar as práticas, identificar obstáculos e promover o aprimoramento contínuo dos processos participativos na educação popular em saúde mental (Damari et al., 2021) .

Reflexões sobre Formação Profissional e Identidade na Saúde Mental

Formação em Enfermagem e Educação Popular para o SUS

A formação em enfermagem no Brasil apresenta uma desconexão histórica entre os currículos acadêmicos e as necessidades socioassistenciais do SUS. A inserção da educação popular nos processos formativos busca suprir essa lacuna, promovendo um ensino que articule conteúdos técnicos com a realidade social das comunidades atendidas (Amaral; Pontes; Silva, 2014) .

Essa abordagem pedagógica, especialmente em projetos de extensão universitária, visa desenvolver o pensamento crítico e reflexivo nos estudantes, incentivando-os a compreender e atuar na construção do projeto de saúde do SUS. A participação coordenada com os ACS fortalece essa formação, criando pontes entre teoria e prática e estimulando a construção de uma saúde realmente popular (Amaral; Pontes; Silva, 2014) .

Assim, a educação popular contribui para a formação de profissionais comprometidos com uma abordagem integral e participativa, essencial para o enfrentamento das complexidades da saúde mental no país.

Construção da Identidade Profissional e Suporte Psicossocial

O fortalecimento da identidade profissional dos estudantes de enfermagem tem relação direta com sua saúde mental. Estudos indicam que um sentido consolidado de identidade profissional promove maior resiliência psicológica e menor incidência de sofrimento mental, crucial em tempos de crises e emergências sanitárias.

Nesse contexto, o suporte psicossocial durante a formação, incluindo estratégias para lidar com o estresse e promover o bem-estar, representa um aspecto fundamental para a qualificação dos futuros profissionais e para a manutenção de sua saúde mental (Dong et al., 2023) .

Essa construção da identidade profissional, alicerçada na educação popular, favorecendo uma perspectiva de cuidado ampliada, na qual os profissionais se regularizam como agentes de transformação social.

Desafios e Perspectivas de Formação Continuada no SUS

O sistema público de saúde brasileiro ainda enfrenta desafios relacionados à ausência ou insuficiência de políticas efetivas de educação permanente para seus trabalhadores. As lacunas na capacitação contínua exigem a qualificação do cuidado e a implementação das práticas educativas populares no SUS.

Para superar essas limitações, torna-se necessária a constituição de parcerias sólidas entre universidade e sistema de saúde, promovendo a qualificação dos profissionais e valorizando práticas que ampliem o protagonismo comunitário e a democratização do cuidado (Amaral; Pontes; Silva, 2014) .

A expansão dessas políticas contribuiria para o fortalecimento do SUS, garantindo uma formação consistente e contínua de equipes capacitadas para enfrentar os desafios da saúde mental com inovação, sensibilidade social e compromisso ético (Amaral; Pontes; Silva, 2014) .

Estudos e Experiências Internacionais em Educação Popular e Saúde Mental

Experiências da Educação Popular em Enfermagem Comunitária no Brasil

Relatos de experiências envolvendo a educação popular em enfermagem comunitária evidenciaram sua importância na construção de práticas educativas que consideram as vulnerabilidades sociais dos públicos atendidos. Estudos sistematizaram práticas desenvolvidas em comunidades brasileiras marginalizadas, ressaltando a aprendizagem experiencial e uma "opção preferencial pelos pobres" como marca dessa abordagem (Laperrière, 2007) .

Além disso, essas experiências revelam o desafio de reduzir as desigualdades de poder entre profissionais e população, utilizando metodologias participativas que envolvem observação, avaliação crítica e ação, promovendo um conhecimento que é ao mesmo tempo científico e popular (Laperrière, 2007) .

A valorização do saber popular e a construção coletiva de conhecimentos representam avanços avançados para o aprofundamento das práticas educativas que dialogam com as necessidades reais dos territórios (Laperrière, 2007) .

9.2 Modelos Intersetoriais e Comunitários na Promoção da Saúde Mental

A união intersetorial e comunitária tem sido apontada como fundamental para o desenvolvimento e implementação de políticas eficazes de saúde mental. Exemplos internacionais mostram a importância da cooperação entre os setores da saúde, assistência social, educação e outros para promover a equidade, a recuperação e a inclusão social.

Esses modelos ressaltam o papel das organizações comunitárias e da participação social na construção de redes de cuidados que respeitam os direitos humanos e garantem o acesso a serviços diversificados e de qualidade (Fazenda, 2009) .

A criação de redes integradas, articuladas transversalmente, é estratégica para responder às demandas complexas dos usuários, destacando a necessidade de um compromisso social amplo e eficaz (Tavares et al., 2024) .

Programas e Iniciativas para Fortalecer a Saúde Mental Comunitária

Diversos programas internacionais foram estruturados com enfoque na participação popular e na autonomia dos usuários, incluindo mecanismos de monitoramento participativo que avaliam a qualidade e a efetividade das ações em saúde mental.

Esses programas reforçam a importância do envolvimento dos atores sociais na concepção, execução e avaliação das políticas, contribuindo para a sustentabilidade das ações e para a promoção da saúde mental enquanto direito social.

Essas experiências refletem lições valiosas para a adaptação de políticas públicas que incorporam as especificidades culturais e sociais de diversos contextos, fortalecendo a saúde mental comunitária de forma integrada e participativa (Dong et al., 2023) .

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente revisão integrativa evidenciou que a interseção entre educação popular e saúde mental representa uma estratégia potente para o fortalecimento comunitário no SUS. As práticas educativas pautadas no diálogo, na valorização dos saberes locais e na construção coletiva do cuidado demonstraram ser eficazes para ampliar o protagonismo dos sujeitos, promover redes de apoio e ressignificar a atenção psicossocial a partir de uma perspectiva territorializada e humanizada.

As evidências analisadas apontam que a educação popular contribui não apenas para a promoção da saúde mental, mas também para o enfrentamento das desigualdades sociais, o fortalecimento da cidadania e a consolidação de práticas democráticas nos serviços de saúde. Além disso, essa abordagem favorece a construção de novas epistemologias do cuidado, capazes de integrar saberes científicos e populares de forma crítica e horizontal.

No entanto, o estudo também identificou desafios significativos, como a fragmentação institucional, a insuficiência de políticas permanentes de formação e a ausência de reconhecimento formal das práticas populares em muitos serviços. Tais limitações reforçam a necessidade de investimentos em formação continuada, apoio intersetorial e fortalecimento das redes comunitárias.

Diante disso, recomenda-se que futuras pesquisas aprofundem as experiências locais de articulação entre educação popular e saúde mental, explorem metodologias participativas com maior densidade empírica e avaliem o impacto longitudinal dessas práticas na saúde das comunidades. A consolidação de um modelo de cuidado centrado na participação social e na pluralidade de saberes é fundamental para um SUS mais equitativo, democrático e comprometido com a promoção da vida.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Maria Carmélia Sales do; PONTES, Andrezza Graziella Veríssimo; SILVA, Jennifer do Vale e. O ensino de Educação Popular em Saúde para o SUS: experiência de articulação entre graduandos de enfermagem e Agentes Comunitários de Saúde. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, v. 18, n. suppl 2, p. 1547–1558, dez. 2014.

CRUZ, Pedro José Santos Carneiro *et al.* Educação popular em saúde: princípios, desafios e perspectivas na reconstrução crítica do país. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, v. 28, 2024.

DAMARI, Behzad *et al.* Community Action Package in Iran's Comprehensive Mental and Social Health Services (the SERAJ Program). **Iranian Journal of Psychiatry**, 12 fev. 2021.

DIAS, João Vinícius dos Santos; AMARANTE, Paulo Duarte de Carvalho. Educação popular e saúde mental: aproximando saberes e ampliando o cuidado. **Saúde em Debate**, v. 46, n. 132, p. 188–199, mar. 2022.

DONG, Chaoqun *et al.* The relationship between psychological distress and professional identity in graduate nursing students during COVID-19: A longitudinal cross-lagged analysis. **Anales de Psicología**, v. 39, n. 1, p. 137–144, 1 jan. 2023.

FAZENDA, Isabel. Novos Desenvolvimentos em Saúde Mental e Comunitária. **Psilogos**, v. 7, n. 1 & 2, p. 111–119, 31 dez. 2009.

LAPERRIÈRE, Hélène. Discovering popular education in professional community health care practices. **Texto & Contexto - Enfermagem**, v. 16, n. 2, p. 294–302, jun. 2007.

MELO, Eduardo Alves *et al.* Mudanças na Política Nacional de Atenção Básica: entre retrocessos e desafios. **Saúde em Debate**, v. 42, n. spe1, p. 38–51, set. 2018.

TAVARES, Mariana *et al.* Grupo de mulheres. **Revista Brasileira de Medicina de Família e Comunidade**, v. 19, n. 46, p. 3670, 6 out. 2024.

WHITTEMORE, Robin; KNAFL, Kathleen. The integrative review: updated methodology. **Journal of Advanced Nursing**, v. 52, n. 5, p. 546–553, 2 dez. 2005.

ZORZI, Viviane Nogueira de *et al.* Promoção de Saúde Mental na atenção primária: o papel dos grupos de saúde na perspectiva de usuários e profissionais. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, v. 28, 2024.